

ID: 681029

## **As políticas de saúde em Portugal: Uma revisão**

A. Almeida, Departamento de Gestão e Economia, Universidade da Beira Interior,

C. Centeno, Direcção da Qualidade, Fundação D. Laura dos Santos, PORTUGAL;

J. Granado, Unidade de Cuidados Continuados, Associação de Beneficência Popular de Gouveia, PORTUGAL;

### **Objectivos (Objectives):**

Perante um cenário de evolução do Sistema Nacional de Saúde, de implementação de novos planos de saúde, abrangendo áreas críticas e muito problemáticas para a população e associando o Plano Nacional de Saúde (2004-2010), pretendemos fazer uma reflexão sobre Políticas de Saúde em Portugal.

### **Metodologia (Methodology):**

Considerando que um Sistema de Cuidados de Saúde dependerá dos sistemas políticos, sociais e económicos dominantes no qual se encontra inserido e que a Política de saúde acompanhada medidas de cobertura completa da saúde da população, procurando resolver os problemas ainda existentes e criar uma estratégia nova para enfrentar as mudanças do padrão de doença em rápido agravamento.

Embora, a Política de saúde em Portugal tenha evoluído de forma louvável e visível nos últimos 30 anos, carece ainda de um sistema de informação e gestão do conhecimento fidedigno que permita não só caracterizar correctamente a situação actual de saúde dos portugueses, mas também medir a efectividade dos programas em acção neste momento, bem como definir novas estratégias de intervenção no âmbito da promoção e protecção da saúde. Por vezes, tem-se mesmo a sensação de que as mudanças de política são demasiado rápidas para serem acompanhadas pelo Sistema, e que este acaba por evoluir de forma independente e ao seu ritmo.

### **Resultados (Results):**

A evolução do Sistema de Saúde em Portugal, ocorrida nas últimas décadas do século XX, não pode ser dissociada da evolução social e política que se verificou, assim como do seu enquadramento legal – a Constituição da República e a Lei de Bases da Saúde. Para dar resposta à visão da saúde como Direito determina-se a criação de um Sistema Nacional de Saúde o qual tem como características basilares o facto de ser universal, geral e tendencialmente gratuito. A Lei de Bases da Saúde apresenta como princípios fundamentais o direito dos indivíduos e da comunidade à protecção da saúde e responsabiliza conjuntamente os cidadãos, a sociedade e o Estado na obtenção deste fim.

Após uma revisão em 2002, é implementada a Lei de Gestão Hospitalar, segundo a qual o financiamento da Saúde deixa de exclusivo do Orçamento de Estado.

O PNS 2004-2010 é um documento estratégico com orientações para que as instituições do Ministério da Saúde, outros organismos da área da Saúde (públicos, privados e de solidariedade social) e de outros sectores de actividade, possam contribuir para a obtenção de ganhos em saúde e promover mais saúde para todos os portugueses.

Muitos são os desafios que se colocam actualmente a Portugal em várias áreas-chave da política de saúde. Esta deverá ter em conta o contexto social no qual as pessoas nascem, crescem, vivem e morrem. Assim, a promoção da saúde e a Saúde Pública estão agora a situar-se no primeiro plano da agenda política. Esta deve ser orientada para ganhos em saúde, anos de vida saudável, livres de doença e incapacidade. A Política de saúde premeia cinco linhas prioritárias tais como, a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, a Criação de uma Rede de Cuidados Continuados a idosos dependentes, as boas contas para um SNS sustentável, a qualificação da Rede Hospitalar e a política do medicamento.

#### **Conclusões (Conclusions):**

Portanto, existindo em Portugal uma Política de Saúde que deseja a aproximação do SNS aos cidadãos, a prestação de mais e melhor serviço, num quadro de humanização no relacionamento com a população, o incremento da eficiência do SNS, com o recurso crescente a novas tecnologias de informação, o afinamento dos processos de preparação e de execução dos sistemas de planeamento, talvez mantenhamos a esperança que a futura política de saúde fortaleça o SNS e assegure a todos os cidadãos o direito à saúde com qualidade exigindo que se ponha termo a uma política economicista e às promiscuidades do sector privado dentro do sector público. As novas gerações, sobretudo as actuais, devem adoptar, face ao poder político, uma atitude de exigência, pois, de contrário, estaremos hoje a hipotecar o futuro.